

Turismo e comunidades tradicionais: uma reflexão acerca da Ilha do Mel, PR

Tourism and traditional communities: a reflection on Ilha do Mel, Paraná, Brazil

Patrícia Denkwicz¹
Bruna Morante Lacerda Martins²
Giuliano Torrieri Nigro³

RESUMO:

O turismo faz parte do consumo global que responde às dinâmicas econômicas e sociais do capitalismo mundial potencializando aspectos culturais, econômicos, geográficos e sociais de destinos turísticos. Dessa forma, a atividade turística pode ser considerada um importante fator para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais, cuja compreensão está cada vez mais na busca pela qualidade de vida de determinada comunidade, tendo os indivíduos que a compõem uma efetiva participação em todo o processo. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo compreender como o turismo impacta no desenvolvimento sociocultural das comunidades caiçaras da Ilha do Mel, Paraná (PR). Para isso, foi discutido o conceito de comunidades tradicionais caiçaras

1 Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrado em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Bacharel em Turismo pela UNICENTRO. Professora colaboradora na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR - Campus de Campo Mourão) no curso de Turismo e Meio Ambiente. E-mail: patriciadenkwicz@gmail.com

2 Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestrado em História pela UEM. Bacharelado em Turismo e Meio Ambiente pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG - Campus de Santa Vitória do Palmar). E-mail: brunamorante@gmail.com

3 Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestrado em Geografia pela UEM. Professor colaborador na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR - Campus de Campo Mourão). E-mail: gnigro2011@gmail.com

ênfatizando as relações entre áreas naturais protegidas e o fomento do turismo. O procedimento metodológico pautou-se na pesquisa bibliográfica e entrevistas individuais. Como resultados, foram identificados que ao mesmo tempo em que o turismo contribuiu para o estabelecimento de novas relações sociais e posteriores transformações culturais, também têm estimulado as comunidades a ressignificarem traços culturais que definem seus membros como caiçaras, como nativos da Ilha do Mel. Por fim, constata-se que esse estímulo por meio do turismo materializa-se com propostas de oficinas culturais, cultura da pesca e a prática de festividades religiosas.

Palavras-chave: Turismo; Desenvolvimento Sociocultural; Comunidade Tradicionais; Ilha do Mel.

ABSTRACT: Tourism is part of the global consumption that responds to the economic and social dynamics of world capitalism. This activity is gaining more and more space and notoriety, mainly due to its potential in cultural, economic, geographic and social aspects. Thus, the tourist activity can be considered an important factor for the socioeconomic development of traditional communities, whose understanding is increasingly in the search for the quality of life of a given community, with the individuals that compose it an effective participation in the whole process. In this sense the study aimed to understand how tourism impacts on the socio-cultural development of the Caiçaras Communities of Ilha do Mel, Paraná (PR), Brazil. To this end, the concept of traditional caiçaras communities was discussed, emphasizing the relationship between protected natural areas and the promotion of tourism. The methodological procedure was based on bibliographic research and individual interviews. As a result, it was identified that at the same time that tourism contributed to the establishment of new social relationships and subsequent cultural transformations, it has also encouraged communities to resignify cultural traits that define their members as Caiçaras, as Natives from Ilha do Mel. Finally, it appears that this stimulus through tourism materializes with proposals for cultural workshops, fishing culture and the practice of religious festivities.

Keywords: Tourism; Sociocultural Development; Traditional Community; Ilha do Mel.

1 INTRODUÇÃO

Definir o turismo tornou-se uma tarefa complexa, em razão das diversas faces que este possui. Atualmente, as abordagens em torno do turismo passam pela economia, geografia, direito, sociologia e antropologia (PEREIRO; FERNANDEZ, 2018). Considerando este cenário diverso, interpreta-se aqui o turismo como um processo socioeconômico complexo e plural, o qual reproduz as filosofias de vida por meio das interações sociais. Uma atividade, primeiramente social, que além de promover o deslocamento e consumo da oferta promove o conhecimento cultural, ambiental e social, possibilitando a interculturalidade e reflexão sobre o mundo que habitamos (IRVING, 2015).

Assim como sua conceitualização, seu desenvolvimento é complexo, pois o turismo pode ocorrer a partir de diferentes metodologias e segmentos, oferecendo uma oferta diversificada, além de trabalhar como uma demanda diversa. A atividade turística vai do turismo massificado ao turismo alternativo, do modelo convencional ao turismo comunitário, do segmento de sol e praia ao de saúde, da infraestrutura básica à super-infraestrutura, da oferta simples à luxuosa e de atrativos naturais/rurais aos urbanos. Essas são algumas características que demonstram a diversidade e complexidade que o desenvolvimento do turismo pode apresentar, circunstância que sugere grandes reflexões em torno da atividade, que seu desenvolvimento pode gerar implicações positivas e negativas.

“O turismo é capaz de produzir espaços delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo” (RODRIGUES, 1996, p. 55), ou seja, cria ou transforma espaços de acordo com suas necessidades. Tais transformações ocorrem por meio da turistificação, processo em que a atividade turística se apropria dos espaços geográficos, bem como de seus recursos, alterando suas configurações primárias para atender aos interesses do mercado, isto é, a turistificação transforma os espaços e seus recursos por meio do (re)ordenamento espacial ou da (re) adequação funcional em razão dos interesses turísticos (VASCONCELOS, 2005; YOUNG; MARKHAM, 2019). A turistificação pode ocorrer durante todo o processo de desenvolvimento do turismo.

Dessa maneira, o processo de desenvolvimento turístico apropria-se dos recursos existentes em determinados espaços geográficos, sejam eles as culturas locais ou as belezas cênicas. Assim, transforma-os em atrativos turísticos portadores de infraestruturas capazes de receber uma demanda turística diversificada (MENDES, 2004; TAVARES, 2009).

De acordo com Irving (2015), este cenário não seria problemático se apresentasse apenas resultados positivos, porém há implicações negativas. Alguns dos impactos negativos são: a mercantilização dos recursos naturais e culturais; as transformações e encenações culturais; a coerção e periferização das comunidades tradicionais; o esgotamento dos recursos naturais; e entre outras que ocorrem com frequência quando se desenvolve um turismo sem planejamento (IRVING, 2015).

No contexto das comunidades tradicionais, esta discussão torna-se ainda mais emblemática, haja vista que tais comunidades se encontram, muitas vezes, em estado de vulnerabilidade social, uma vez que em determinados momentos foram destituídas de seus direitos (ACSELRAD, 2010). Esta circunstância pode facilitar a introdução do turismo, o qual, sem um planejamento à luz da sustentabilidade, pode ser uma ameaça às comunidades e seus recursos culturais e ambientais.

Em busca de compreender estas questões com mais profundidade, observou-se as comunidades tradicionais da Ilha do Mel, um importante atrativo turístico do estado do Paraná, constituído por duas Unidades de Conservação de Proteção Integral e por comunidades tradicionais caiçaras, características que tornam a Ilha do Mel um território complexo. Diante deste cenário pergunta-se: como a atividade turística impacta no desenvolvimento sociocultural das comunidades tradicionais da Ilha do Mel?

Por conseguinte, o presente artigo busca compreender como o turismo impacta no desenvolvimento sociocultural das comunidades caiçaras da Ilha do Mel, PR. Para tal, utiliza-se da pesquisa bibliográfica e das entrevistas individuais como procedimentos metodológicos. O texto é apresentado em três momentos, a saber: 1) conceitua-se o termo comunidade tradicional caiçara; 2) discute-se o conceito de comunidades tradicionais caiçaras, enfatizando as relações entre áreas naturais protegidas e o fomento do turismo; 3) discute-se o desenvolvimento do turismo nas comunidades tradicionais da Ilha do Mel, PR.

2 COMUNIDADES TRADICIONAIS CAIÇARAS

O Brasil possui uma diversidade étnica ampla, tornando-o um país multicultural. Dentre os grupos formadores dessa multiculturalidade estão as comunidades tradicionais que, de acordo com o Decreto Nacional nº 6.040 de 2007, são os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Segundo o Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do estado do Paraná, Brasil (DEDIHC, s/d), entende-se como povos e comunidades tradicionais: os quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros. As comunidades tradicionais ocupam espaços geográficos denominados como Territórios Tradicionais, sendo estes os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica desses povos, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (BRASIL, 2007).

Segundo Almeida e Euzébio (2021), no Brasil o conceito de comunidade tradicional abarca mais de 20 tipos diferentes de grupos, dos quais muitos são invisibilizados nos processos sociopolíticos. As políticas públicas direcionadas a estas comunidades comumente pouco consideram suas particularidades, em partes devido ao distanciamento entre os formuladores e as comunidades tradicionais, circunstância que pode acarretar em políticas públicas desconexas das realidades cotidianas de tais comunidades. Apesar disso, o Brasil conta com dois principais instrumentos legais de reconhecimento e proteção a essas comunidades, sendo eles: o Decreto nº 6040/2007 e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ambos não possuem suas diretrizes integralmente implantadas, conjuntura que favorece a reprodução da periferização destas comunidades (ALMEIDA; EUZEBIO, 2021).

Dentre os diversos povos e comunidades tradicionais, elege-se as comunidades caiçaras como foco central desta pesquisa. O termo caiçara é originário do Tupi-Guarani *caá-içara*, o qual era empregado para denominar as estacas utilizadas para cercar as aldeias e também o curral construído de galhos estaqueados no rio para capturar peixes (ADAMS, 2000). Posteriormente, o termo passou a denominar as palhoças construídas nas praias para armazenar utensílios de pesca e as canoas e, em seguida, para caracterizar os moradores de Cananéia. E após, passou a nominar os sujeitos que habitavam o litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (SAMPAIO, 1987; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1992; DIEGUES, 1994; ADAMS, 2000).

Adams (2000) afirma que é necessário compreender o contexto de ocupação do litoral sul do Brasil, bem como seus ciclos econômicos para entender a formação das comunidades caiçaras. Segundo a autora supracitada, as características agrícolas predominaram a colonização brasileira, fazendo com que as terras férteis, úmidas e quentes dos litorais tivessem um nível alto de ocupação.

De acordo com Ribeiro (2013), a facilidade inerente à região litorânea para enviar produtos a outras regiões brasileiras e países também intensificou a ocupação do litoral. Este contexto favoreceu a miscigenação entre indígenas que ocupavam estas regiões e os europeus que chegavam atraídos por tais características, conjuntura que deu origem aos primeiros caiçaras, que gradualmente foram espalhando-se pelo litoral brasileiro – Sul e Sudeste – constituindo, de acordo com as atividades econômicas e características ecológicas de cada região, diversos grupos socioculturais.

Destarte, surge uma cultura caiçara caracterizada por um estilo de vida próprio, maneira singular de enxergar o mundo, transmitir o seu conhecimento de geração em geração. Desse modo, Diegues (1994, p. 87) afirma que a cultura tradicional, especialmente a caiçara, é composta por “padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais”

“A economia dessas comunidades era caracterizada pela oposição tanto à economia indígena primitiva, quanto à economia industrial” (ADAMS, 2000. p. 149). A referida autora afirma que o sistema de produção era estruturado para atender

primeiramente às demandas domésticas, sendo parte dos insumos produzidos em seus territórios e parte provenientes de fora. As atividades laborais habitualmente exercidas por tais comunidades fundamentavam-se na pesca artesanal e na agricultura de subsistência (ADAMS, 2000). Diegues (1994) afirma que o modo de vida caiçara possui relação íntima com o mar e a terra, sendo o primeiro por meio da pesca de subsistência e o segundo pela agricultura familiar. Assim, a representação cultural desses recursos se deu através da culinária, expressas pelo peixe e pela lavoura de cultivo de subsistência (DIEGUES, 1994).

As comunidades caiçaras incorporaram à sua organização socioeconômica diferentes estratégias de subsistência como, por exemplo, a construção naval, a mineração, o cultivo comercial de banana, o plantio de anil e fumo, a pesca comercial da baleia, o trabalho em serrarias e fornos de cerâmica (ALMEIDA, 1946; MOURÃO, 1971; SILVA, 1975; ADAMS, 2000). Segundo Adams (2002), esta diversidade de estratégias de subsistência demonstra a habilidade histórica de adaptação dessas comunidades a um contexto econômico dinâmico.

É importante destacar que estas adaptações são resultantes de um processo histórico de invisibilização. Para compreender isto é necessário retomar um pouco da trajetória destas comunidades: os caiçaras, historicamente, estiveram suscetíveis ao poder político-econômico da sociedade capitalista, sendo levados a ocupar áreas periféricas das quais nunca tiveram direitos legais de posse, tal conjuntura destacou, ainda mais, a condição de “excluídos” que lhes foi imposta (ADAMS, 2002).

Contudo, por volta de 1950, com a urbanização e a ressignificação da Mata Atlântica, as áreas ocupadas pelos caiçaras, até então periféricas, passaram a ser interessantes aos olhos de determinados grupos sociais. Tal circunstância promoveu a perda dos territórios tradicionais das comunidades caiçaras, seja para fins econômicos ou de conservação ambiental (OLIVEIRA, 1999; ADAMS, 2002).

Em meio a este processo, o turismo e a urbanização ressignificam os interesses relacionados às atividades econômicas nas regiões litorâneas, apresentando para as comunidades caiçaras uma alternativa de labor. (ADAMS, 2002).

3 TURISMO, COMUNIDADES CAIÇARAS E ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Nos últimos anos o desenvolvimento do turismo destacou-se na economia de vários países, devido ao seu potencial de gerar emprego, renda, de movimentar pessoas e recursos financeiros, sendo indicado pelos órgãos oficiais e por especialistas da área como uma das atividades econômicas que mais desenvolve-se no mundo. Dessa forma, o turismo tem assumido um papel de destaque nas políticas públicas, por ser considerado uma estratégia importante para a minimização dos problemas sociais (SANCHO, 2007).

No contexto das comunidades tradicionais, esta discussão do turismo enquanto alternativa de desenvolvimento torna-se, em alguns casos, ainda mais forte, já que estas podem ser vulneráveis socialmente, economicamente e politicamente.

Além disso, muitas comunidades residem em áreas protegidas, circunstância que potencializa a interpretação do turismo como alternativa econômica viável devido às restrições impostas em prol da proteção ambiental (JULIANO; RABINOVICI, 2010). Tais limitações interferem diretamente nas atividades produtivas das comunidades tradicionais, pois, estas atividades são consideradas geradoras de degradação ambiental e, por este motivo, são limitadas ou proibidas, circunstância que promove o abandono total ou parcial de algumas atividades produtivas tradicionais, como por exemplo, a agricultura e a pesca. Nestes moldes, a atividade turística pode se tornar atrativa a estas comunidades, que enxergam no turismo uma oportunidade de renda (DENKEWICZ, 2020).

Destarte, quando se considera as fragilidades ambientais das áreas protegidas e a fragilidade socioeconômica das comunidades que as habitam, o turismo passa a ser interpretado como uma atividade econômica compatível. Dessa forma, os objetivos delineados para esses locais de proteção ambiental são os baixos impactos ambientais, quando comparado com outras atividades econômicas (DENKEWICZ, 2020).

No entanto, o desenvolvimento do turismo tem sido discutido sob dois enfoques centrais: como gerador da degradação socioambiental e como alternativa socioeconômica sustentável (RIBEIRO; STIGLIANO, 2010). Estas discussões entram em cena devido ao dualismo do turismo, que por um lado pode gerar impactos positivos, e por outro, impactos negativos sobre os recursos naturais e culturais (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014).

É por esse fato que é almejado o planejamento turístico e a adesão das premissas da sustentabilidade como elementos essenciais para minimizar os impactos gerados e para contribuir com a redução dos processos exclusivos, comumente observados nas comunidades receptoras (SANCHO, 2007; 2010).

Em geral, o desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas pode apresentar uma série de impactos socioambientais devido à utilização excessiva dos espaços e de seus recursos. Esses impactos incidem diretamente sobre os territórios e suas comunidades tradicionais, o que torna imprescindíveis as discussões de um desenvolvimento mais sustentável do setor. E é neste sentido que a discussão do turismo sustentável se torna, além de um desafio para os padrões já estabelecidos pela atividade, um pressuposto aos projetos que objetivam fomentar o desenvolvimento local através do turismo (SANCHO, 2010).

Nesse contexto, o planejamento turístico é uma ferramenta para amenizar os impactos da atividade. No entanto, é importante pensar em planejamentos que envolvam as comunidades, pois de acordo com Irving (2009), ainda hoje o modo de vida, os patrimônios naturais, históricos e culturais das comunidades tradicionais são pouco conhecidos para efeito de planejamento. Neste sentido, a falta de compreensão sobre as diferentes realidades vividas pode gerar divergências entre os interesses de desenvolvimento do turismo nessas áreas, criando, assim, impasses que posteriormente podem configurar-se em conflitos socioambientais.

Além disso, o processo de desenvolvimento do turismo pode estabelecer relações de mercado com os recursos que utiliza, como, por exemplo, as culturas locais e as belezas cênicas, por meio da turistificação, entendida aqui como o processo que transforma estes recursos em mercadorias turísticas. Nesta perspectiva, o turismo apropria-se das culturas locais/tradicionais e dos recursos naturais, transformando-os em atrativos turísticos, condição que, no decorrer do processo, interfere no desenvolvimento local (ARAÚJO et al., 2017).

Conforme Camilo e Bahl (2017), a atividade turística interfere no cotidiano das comunidades locais, no entanto indica-se planejar o turismo de forma sustentável baseado na identidade local respeitando as referências culturais do lugar. O turismo quando não planejado de forma equilibrada, adentra-se em um campo de tensão, haja vista que a cultura pode ser transformada em atrativo turístico sem seguir as premissas da sustentabilidade turística. Neste caso, torna-se um problema, pois, processos como espetacularização, descaracterização, perda da identidade cultural, entre outros, podem se desenvolver sem hesitação (SANTOS; CARVALHO; TRICÁRIO 2019; CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017).

Por outro lado, quando se apropria da cultura das comunidades tradicionais, baseando-se em um planejamento sustentável, é possível promover a valorização, o resgate, a divulgação cultural, o sentimento de pertencimento e de identidade cultural, dentro da própria comunidade (CAMILO; BAHL, 2017; CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017). No entanto, é importante salientar que esse processo deve considerar também práticas de alteridade e interculturalidade para que as trocas culturais sejam efetivamente benéficas, baseadas no respeito das diversidades.

Trabalhando com esta perspectiva, autores como Juliano e Rabinovici (2010) apontam o etnodesenvolvimento e a etnoconservação como conceitos importantes para pensar o desenvolvimento do turismo em territórios tradicionais e de proteção ambiental. Silva e Carvalho (2008) consideram que o etnodesenvolvimento pode exercitar a capacidade de atuação social dos atores tradicionais, de forma que estes poderão envolver-se em projetos que considerem os recursos reais e potenciais de seus territórios, baseados na realidade cotidiana, na cultura, nos valores e desejos para orientar de forma autônoma o desenvolvimento destes sujeitos. Para mais, o conceito de etnodesenvolvimento também deve relacionar-se à gestão do próprio desenvolvimento (BATALLA, 1985) e à manutenção do diferencial étnico (STAVENHAGEN, 1985).

Segundo Diegues (2000), a etnoconservação derivou da necessidade de repensar a proteção ambiental, especialmente a vertente do preservacionismo, a qual por muito tempo desconsiderou ou repudiou a presença de comunidades tradicionais nas áreas destinadas à conservação ambiental, alegando que para proteger de fato os recursos naturais seria necessário separar a natureza do homem, pois este só a destruiria. É necessário “construir uma nova aliança entre o homem e natureza, baseada, entre outros pontos, na importância das comunidades tradicionais na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios que habitam” (DIEGUES, 2000, p.41).

Aliar o etnodesenvolvimento, a etnoconservação e as práticas sustentáveis do turismo, como por exemplo, o turismo de base comunitária, pode ser uma alternativa compatível à organização sociocultural e ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) e teve como área de estudo as comunidades tradicionais da Ilha do Mel, no estado do Paraná. Como técnicas para a coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada e pela observação sistemática, as quais ocorreram entre junho e julho de 2019.

As entrevistas foram realizadas com os moradores nativos, utilizando-se do método bola de neve para selecioná-los. Este método caracteriza-se como uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referências, ou seja, os próprios entrevistados indicam os futuros participantes das entrevistas (VINUTO, 2014). Em relação ao tamanho da amostra, este não foi determinado por meio de um número fixo, mas por meio do método de saturação, pelo qual suspende-se a inclusão de novos entrevistados no momento em que as respostas começam a repetir-se (FONTANELLA, 2008). Dessa forma, foram entrevistados 28 nativos e as perguntas realizadas abordaram três temas principais: a garantia de reconhecimento, valorização e fortalecimento cultural; a oportunidade de intercâmbio cultural e sentido de pertencimento e fortalecimento enquanto grupo social.

As observações efetivaram-se por meio da apreciação do cotidiano das comunidades locais em seus momentos de lazer e de trabalho e por meio da participação dos eventos locais, como o batizado das crianças nativas, a Festa de São Pedro, a Festa da Tainha e o tradicional momento da Pesca da Tainha. Nesse momento da coleta de dados, utilizou-se o instrumento diário de campo para registrar as informações observadas. Observar o cotidiano e os eventos locais oportunizaram conhecer e entender com maior precisão a cultura local.

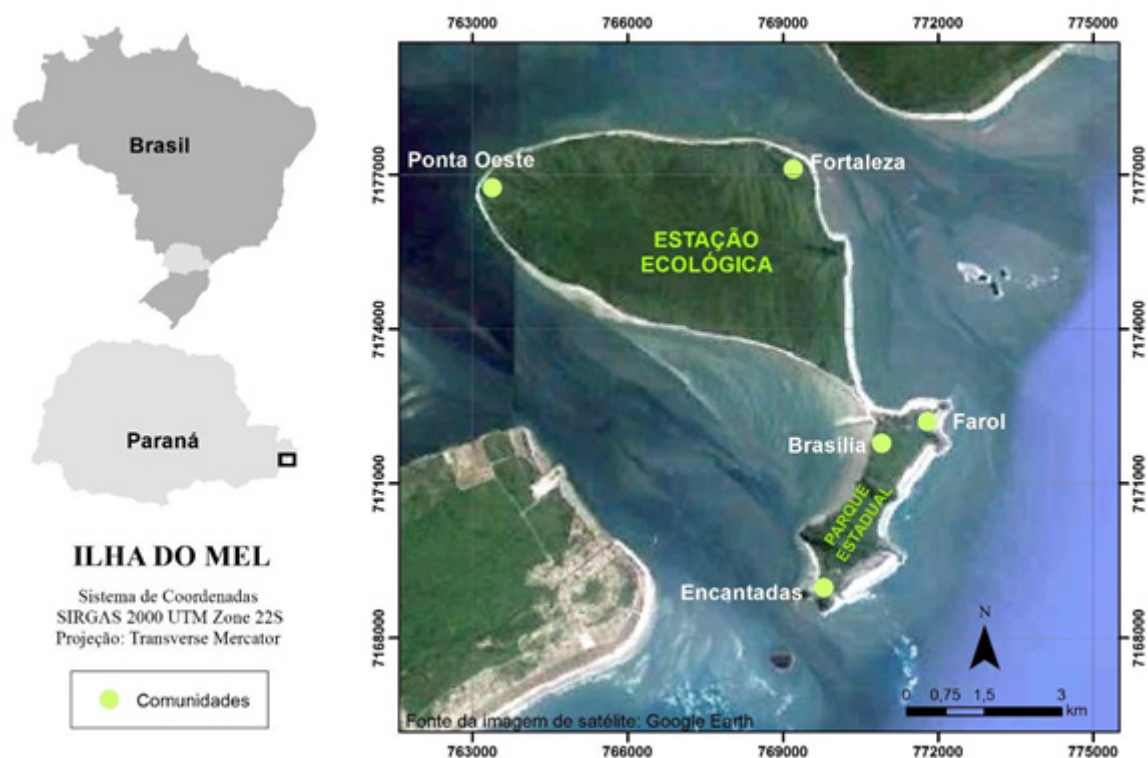
Os dados obtidos por meio das entrevistas foram analisados por meio da análise de conteúdo, a qual consiste em uma técnica metodológica aplicável em todas as formas de comunicação, verbal ou escrita, para compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos dados levantados. Nessa forma de análise, o pesquisador precisa entender o sentido e os objetivos dos dados coletados, buscando outras significações que estejam nas entrelinhas (BARDIN, 1977; GODOY, 1995).

5 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA ILHA DO MEL-PR

A Ilha do Mel, conforme mencionado, é um atrativo turístico de destaque no estado do Paraná. Está localizada no município de Paranaguá, na desembocadura de sua baía. Sua organização territorial, conforme demonstra a Figura 1 é constituída

por duas Unidades de Conservação de proteção integral - a Estação Ecológica da Ilha do Mel e o Parque Estadual da Ilha do Mel, ordenação que reproduz o cenário do litoral paranaense, o qual tem 92% do seu território formado por áreas protegidas (HARDER, 2014; GONZAGA; DENKEWICZ; PRADO, 2014).

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO E ORDENAÇÃO TERRITORIAL DA ILHA DO MEL



FONTE: Denkewicz (2020).

De acordo com Harder (2014), até meados de 1980, a estrutura econômica da Ilha sustentava-se na pesca e na agricultura de subsistência, porém, a instituição das UC resultou na restrição das atividades produtivas baseadas na exploração dos recursos naturais. Desse modo, com as dificuldades na atividade pesqueira e com a facilidade que a atividade turística oferecia, em comparação à pesca e à agricultura, os sujeitos tradicionais adotaram o turismo como a principal atividade produtiva, deixando a pesca artesanal em segundo plano e extinguindo a agricultura (DENKEWICZ, 2016).

Na Ilha do Mel, a cultura é proveniente dos povos caiçaras, que, resumidamente, viviam da pesca e da agricultura de subsistência nas regiões litorâneas do Paraná, de São Paulo e de Santa Catarina. Tais povos tinham uma forma própria de construir, utilizando como base a palhada, barro e madeiras. Sua alimentação era baseada em farinha de mandioca e peixe (ADAMS, 2000).

No entanto, no decorrer do tempo, esses elementos culturais modificaram-se. A substituição da pesca pelo turismo como atividade produtiva foi uma dessas

modificações, porém, não foi a única: a alimentação e as construções, por exemplo, também se modificaram, seja pela interferência de fatores externos ou pela própria dinâmica da cultura (DENKEWICZ, 2016). Os relatos dos nativos demonstraram que, atualmente, existem poucos elementos culturais que retratam as crenças, os costumes e as tradições antigas e que são poucas as ações que estimulam a recuperação cultural, tanto dos patrimônios materiais quanto dos imateriais, além das poucas ações existentes não contarem com a participação comunitária.

Contudo, algumas intervenções com propósitos de resgate cultural foram relatadas pelos nativos. A primeira destas é a Oficina de Fandango, a qual surge de uma iniciativa comunitária (Brasília e Encantadas) que propõe a formação de grupos de Fandango com as finalidades de envolver os nativos com essa dança típica, rememorar alguns traços culturais e realizar apresentações nas festas da localidade.

Outra intervenção está relacionada às ações de restauração da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual busca, além de restaurar o patrimônio material, facilitar o acesso dos turistas a este. Atualmente, essa ação do IPHAN está sendo discutida com as comunidades nativas. Ademais, em 2019 foram iniciadas duas atividades, a Oficina de Fotografia e Biodiversidade e a Oficina de Fotografia e Redes Sociais: ambas têm por objetivo estimular os jovens a procurarem traços culturais marcantes e retratá-los para, posteriormente, compartilhá-los a fim de despertar o interesse cultural nas comunidades nativas.

De modo geral, apesar de existirem ações em prol do resgate cultural, os nativos demonstraram-se apreensivos em relação à perda e à transformação cultural que ocorrem na Ilha. Assim, eles entendem que a cultura também é um atrativo e, quando estimulada, poderá transformar-se em uma alternativa para mitigar os efeitos negativos do turismo sazonal:

No inverno não temos turismo. O movimento vem das festas, tipo a Festa da Tainha. Além dessas festas, estamos pensando em outras coisas também, como o Festival de Jazz. Precisamos inventar coisas para nos sustentar no inverno e a principal ideia para atrair mais turistas na baixa temporada é mostrar nossa cultura (ENTREVISTADO 01).

Sob um aspecto mais teórico, a transformação cultural é interpretada por muitos como algo negativo, na medida em que permite a perda de elementos culturais considerados importantes para as sociedades contemporâneas. Entretanto, Cohn (2001), Barth (1969) e Carneiro (1986) apresentam uma perspectiva diferente, na qual a cultura é percebida a partir da delimitação de fronteiras que estabelecem as diferenças entre os diversos grupos culturais. Assim, o que importa não é a manutenção dos traços culturais em si, mas das diferenças que geram a identidade e que são determinadas contextualmente por meio dos traços culturais flexíveis. Dessa forma, de acordo com os autores, não é necessário manter a cultura em uma suposta integridade, mas preservar sua diferenciação em relação às demais, as quais são estabelecidas por traços culturais, determinados em contextos. Portanto,

a partir dessa perspectiva, a transformação cultural “deixa de ser percebida como um fantasma que assombra os nativos do mundo todo e passa a ser entendida como um meio de reprodução social que é pautada também pela história” (COHN, 2001, p. 37).

Desse modo, quando analisamos o contexto da Ilha do Mel por essa perspectiva, o que ocorre não se trata de uma perda cultural, mas de uma transformação a partir da reprodução social das comunidades nativas, as quais naturalmente sofrem influências de fatores externos, assim como também de sua própria história.

Apesar da perda cultural relatada pelos nativos entrevistados, foram identificados elementos que demonstram o sentimento de pertencimento e reconhecimento cultural nas comunidades nativas: “Eu sou caiçara, meu filho, meu avô era. Aqui todos os nativos são caiçaras” (ENTREVISTADO 02). “Somos caiçaras, pescadores da Ilha do Mel. Daqui somos nativos” (ENTREVISTADO 03).

Os sentimentos de pertencimento, de reconhecimento e, até mesmo, de identidade cultural ficam evidentes quando os nativos se diferenciam dos moradores externos, colocando-se como caiçaras, como originários daquele local. Outro contexto que evidencia esses sentimentos são os momentos de decisões, nos quais tais atores sociais apropriam-se de sua condição de nativo para defenderem-se e colocarem-se como sujeitos de direitos. Percebe-se que os sentimentos de pertencimento, reconhecimento e identidade cultural estão presentes nos mais diversos discursos comunitários, independentemente da situação. As comunidades nativas sentem-se realmente como caiçaras da Ilha: uma união entre território e atores sociais. Tal conjuntura relaciona-se à reflexão de Santos (2003, p.174): “[...] o território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Ainda na perspectiva de pertencimento, reconhecimento e identidade cultural, observou-se que as comunidades nativas demonstraram sentir-se representadas culturalmente pela pesca e pelas festividades religiosas, como, por exemplo: a Festa da Nossa Senhora dos Navegantes, a Festa da Tainha, a Festa de São Pedro e a pesca da Tainha. A Festa de São Pedro é uma comemoração religiosa da comunidade realizada em períodos de baixo fluxo turístico, caracterizando-se como uma festividade comunitária. Em relação às festas da Nossa Senhora dos Navegantes e da Tainha, estas apresentam finalidades turísticas, sendo que a Festa da Tainha está diretamente ligada à pesca da Tainha, a qual fornece os peixes necessários para a festividade. Segundo os nativos entrevistados, tais festas religiosas, somadas à pesca, representam a cultura da Ilha do Mel, por demonstrarem “um pouco da essência, da raiz do povo” (ENTREVISTADO 02).

Ademais, observou-se que o desenvolvimento da atividade turística atua como promotor da interculturalidade, pois tem possibilitado o encontro e a troca cultural entre as comunidades nativas e os turistas. Geralmente, durante a execução dos serviços turísticos, o contato dos nativos com a demanda turística é baseado no fornecimento de informações turísticas sobre a localidade, não adentrando em conversas mais profundas que possibilitem a troca cultural. No caso da área de estudo, foi identificado que os nativos entrevistados mantêm uma relação mais

próxima com a demanda turística, ou seja, os limites geralmente existentes entre a oferta e a demanda são ultrapassados, ocorrendo uma troca de conhecimentos e de experiências, por meio de diálogos.

É importante observar que os processos de interculturalidade, associados aos processos de alteridade, também estão vinculados à transformação cultural, haja vista que apresentam às comunidades receptoras novos elementos culturais que poderão ser incorporados em suas realizações cotidianas. Quando esses processos ocorrem concomitantemente, resultam nos benefícios esperados no desenvolvimento do turismo sustentável, os quais se relacionam com a valorização cultural de todos os envolvidos e com a troca cultural baseada no respeito.

Segundo os depoimentos dos nativos, o desenvolvimento do turismo na Ilha do Mel, além de promover a interculturalidade, está estimulando a proteção e a valorização cultural. Isso porque, conforme mencionado anteriormente, as comunidades nativas, na atualidade, estão associando a necessidade de resguardar e recuperar traços culturais à criação de novas atrações para a localidade, objetivando amenizar os efeitos do turismo sazonal. Embora esses propósitos estejam ligados à mercantilização da cultura, ou seja, comercializá-la como atrativo turístico (DEVINE, 2017), possibilitando, dessa forma, novas perspectivas à cultura local.

Em geral, a relação entre o turismo e a cultura se estabeleceu de maneira definitiva (SILVA, 2000). Na Ilha do Mel, esse relacionamento ainda é incipiente, o que abre precedentes para a realização de um planejamento sustentável dessa relação, que busque estabelecer uma perspectiva de rentabilização econômica, de desenvolvimento local e de valorização cultural. O desafio que se apresenta ao turismo é o de utilizar esses recursos culturais na perspectiva da sustentabilidade, fundamentando-se em critérios de qualidade, para que seus benefícios gerem efetivamente uma melhoria na qualidade de vida das comunidades receptoras (SILVA, 2000).

A partir do exposto, conclui-se que, ao mesmo tempo em que o turismo contribuiu para o estabelecimento de novas relações sociais e posteriores transformações culturais, também têm estimulado as comunidades nativas a fortalecerem traços culturais que definem seus membros como caiçaras e nativos da Ilha do Mel. Esse estímulo materializa-se por meio das propostas de oficinas culturais, pela prática da pesca e pela realização de festas religiosas.

Não se ignora, aqui, as aspirações econômicas envolvidas nessas ações e a mercantilização da cultura proveniente da criação de atrativos culturais. No entanto, isto parece ser um caminho sem volta, concordando com a afirmação de Silva (2000), de que a relação entre o turismo e a cultura se instalou definitivamente, independentemente do lugar. De modo que, o que se pode fazer é planejar a atividade para que, além da mercantilização, ela promova benefícios socioeconômicos e auxilie no processo de valorização e resgate cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo consolidou-se como uma via importante para a interculturalidade, bem como possibilidade de renda para as comunidades tradicionais (ou não) que habitam o interior ou entorno das áreas naturais protegidas. A atividade turística vem mostrando que quando planejada à luz da sustentabilidade pode gerar inúmeros benefícios, no entanto, também demonstrou que pode ocasionar danos ambientais, sociais e culturais irreversíveis.

Refletir sobre o trinômio comunidades tradicionais, áreas naturais protegidas e turismo é uma tarefa que requer cuidado, já que tais categorias são complexas na sua essência. O contexto das comunidades tradicionais envolve reflexões acerca do reconhecimento e valorização cultural, do uso sustentável dos recursos naturais, dos problemas sociais que enfrentam, do direito ao território, entre vários outros assuntos que demandam profundas discussões, as quais intensificam-se quando se unem às ponderações acerca das áreas naturais protegidas. O desenvolvimento do turismo, neste contexto, deve aparecer como uma ferramenta capaz de amenizar os problemas ou dificuldades que envolvam questões culturais, sociais, econômicas e até mesmo ambientais das comunidades tradicionais, como também das áreas naturais protegidas.

A ideia central da pesquisa foi compreender como o turismo impacta no desenvolvimento sociocultural das comunidades caiçaras da Ilha do Mel, Paraná (PR). Os resultados da análise demonstraram que o turismo na Ilha do Mel se instala como uma alternativa econômica para as comunidades locais frente às restrições ambientais provenientes das UCs, circunstância que facilitou o aceite do turismo pela comunidade nativa. As implicações socioculturais geradas pelo turismo apresentam-se, presentemente, como positivas, uma vez que o desenvolvimento do turismo está a contribuir para o processo de interculturalidade.

Também, entende-se que o desenvolvimento do turismo tem estimulado o fortalecimento de traços culturais, por meio de propostas de oficinas culturais e do incentivo à pesca e às festas religiosas, as quais, até então, haviam sido desconsideradas, tanto pelos órgãos gestores quanto pelas comunidades nativas no desenvolvimento do turismo. Além disso, observou-se que as comunidades nativas da Ilha do Mel se reconhecem enquanto grupo sociocultural, denominado “nativos da Ilha do Mel”.

O desenvolvimento do turismo, nesse contexto, promove atividades relacionadas ao turismo cultural, as quais reforçam, por meio da memória e da identidade cultural, o sentimento de reconhecimento desse grupo enquanto nativo e o sentido de pertencimento à Ilha. É importante destacar que as aspirações econômicas e a mercantilização da cultura envolvidas nestas ações não foram negadas, pois compreende-se que o resgate cultural também está relacionado à sazonalidade do turismo.

Para que a identidade, a memória, o reconhecimento e a valorização cultural das comunidades tradicionais apoiem-se em bases mais sólidas é necessário

que tais propostas estejam pautadas em políticas públicas de incentivo e resgate cultural, as quais devem considerar programas de conservação e uso sustentável dos elementos culturais como atrativo turístico. Além disso, a participação social dos sujeitos tradicionais deve ocorrer durante todo o processo de planejamento, de tomada de decisão e de partilha dos resultados (CAMILO; BAHL, 2017). É importante também realizar uma análise atenta e aprofundada das especificidades culturais das comunidades, para não promover a descaracterização e espetacularização do atrativo cultural.

Desse modo, sugere-se para pesquisas posteriores, o desenvolvimento de estudos direcionados ao turismo cultural, tendo em vista a identificação e análise das estratégias adotadas para a proteção, valorização e fortalecimento da cultura local, uma vez que as comunidades passaram a desenvolver atividades turísticas relacionadas à cultura local.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade, processos e relações. In: FERREIRA, H. S.; LEITE, J. R. M.; BORATTI, L. V. (Orgs.). **Estado de direito ambiental: tendências**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ADAMS, C. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Palestras Convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia**. Ulysses P. de Albuquerque (org.), Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002, p. 27–43.

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-182, jun. 2000.

ALMEIDA, L. H. S. S. M.; EUZEBIO, U. A categoria desenvolvimento e os impactos das políticas públicas sobre as comunidades tradicionais. **Braslian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 6004-6027, 2021.

ALMEIDA, A. P. Da decadência do litoral paulista. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 12, n. 107, p. 35-57, 1946.

ARAÚJO, W. A. de.; TEMOTEO, J. A. G.; ANDRADE, M. O. de.; TREVISAN, S. D. P. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 5-18, out./dez. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTH, F. **Ethnic groups and boundaries**. The social organization of culture difference. Boston, Little, Brown and Company, 1969.

BATALLA, G. B. **América Latina**: etnodesarrollo, etnocidio. Costa Rica: Ediciones Flacso, 1985.

BRASIL, Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder legislativo, Brasília, DF, 8 fevereiro de 2007. Seção 1, p. 316. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-publicacaooriginal-66733-pe.html>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CAMILO, I.; BAHL, M. Desenvolvimento do turismo baseado em elementos culturais. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 1, p.1-12, 2017.

CARNEIRO, M. C. **Etnicidade**: da cultura residual mas irreduzível - Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.

COHN, C. Culturas em transformação: os índios e a civilização. São Paulo: **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 36-42, 2001.

CORBARI, S.; BAHL, M.; SOUZA, S. R. de. Impactos (turísticos ou não) nas comunidades indígenas brasileiras. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 1-25, 2017.

CORIOLO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Lazer e turismo: novas centralidades da sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 3-22, 2014.

DEVINE, J. A. Colonizing space and commodifying place: tourism's violent geographies. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 25, n. 5, p. 634-650, 2017.

DENKEWICZ, P. **Cultura e natureza**: desenvolvimento comunitário na Ilha do Mel, Paraná. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário), Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2016.

DENKEWICZ, P. **Turismo, proteção ambiental e inclusão social na Ilha do Mel, litoral do Paraná**. 242 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2020.

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (DEDIC). **Povos e comunidades tradicionais**. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

DIEGUES, D.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: Cobio, 2000.

FONTANELLA, B. J. B. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p.17-27, 2008.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Dossiê Mata Atlântica, 1992**. Ed. Fundação SOS Mata Atlântica: São Paulo, 1992.

GERHARDT, T; SILVEIRA, D. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995.

GONZAGA, C. A. M.; DENKEWICZ, P.; PRADO, K. C. P. Unidades de Conservação, ecoturismo e conflitos socioambientais na Ilha do Mel, PR, Brasil. **Revista ADMPG**, v. 7, n. 1, p. 61-67, 2014.

HARDER, E. **A constitucionalização dos direitos culturais no Brasil e os sentidos de uma perspectiva patrimonial**. 120 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

IRVING, M. Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In: IRVING, M.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: diálogos entre saberes e fazeres**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2015, p. 51-80.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

JULIANO, T.; RABINOVICI, A. Turismo em áreas Indígena. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri (SP): Manole, 2010, p. 210-237.

MENDES, J. C. **Gestão da qualidade nos destinos turísticos: o caso português**. 331 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade do Algarve, Faro, Portugal, 2004.

MOURÃO, F. A. A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**: um estudo de sociologia diferencial. 264 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

OLIVEIRA, R. R. **O rastro do homem na floresta**: sustentabilidade e funcionalidade da mata atlântica sob manejo caíçara. 150 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

PEREIRO, X.; FERNANDEZ, F. **Antropologia e turismo**: teorias, métodos e práxis. Tenerife (ESP): Pasos, 2018.

RIBEIRO, H.; STIGLIANO, B. V. Desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental. In: PHILIPPI JR., A. RUSCHMANN, D. V. M. (Ed.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2010.

RIBEIRO, B. G. **O índio na cultura brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAMPAIO, T. **O Tupi na geografia nacional**. Brasília, Editora Nacional, 1987.

SANCHO, A. **Turismo**: Alternativa Efetiva de Inclusão Social? Uma reflexão sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil. 244 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SANCHO, A. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da Inclusão Social. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 103-120, 2010.

SANTOS, D.; CARVALHO, J. M.; TRICÁRIO, L. T. Patrimônio imaterial e o turismo étnico em comunidade indígena, em Iranduba, Amazonas. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 16-35, 2019.

SANTOS, M. **Por outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, R. E.; CARVALHO, C. D. O turismo de base comunitária como alternativa para o etnodesenvolvimento da comunidade quilombola de Filipa – MA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2, 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Instituto Terramar; Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, 2008.

SILVA, E. P. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **Antropológicas**, v.1, n.4, p. 217-224, 2000.

SILVA, A. C. **O litoral norte do Estado de São Paulo**: formação de uma região periférica. São Paulo: IGEOG-USP, 1975.

SIQUEIRA, P. Os Caiçaras e a Rio/Santos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 62-64, 1989.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento**: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

TAVARES, M. G. C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária**. São Paulo: Letra e Imagem, 2009, p. 249-260.

VASCONCELOS, D. A. L. Turistificação do Espaço e Exclusão Social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió-AL, Brasil. **Turismo em Análise**, v. 16, n. 1, p. 47-67, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YOUNG, M; MARKHAM, F. Tourism, capital, and the commodification of place. **Progress in Human Geography**, v. 44, n. 2, p. 276-296, 2019.

Recebido em: 02-04-2021.

Aprovado em: 26-02-2022.

TS